

CNJ julgou mais de mil processos em 37 sessões em 2021

O Conselho Nacional de Justiça promoveu 37 sessões plenárias em 2021, nas quais foram julgados 1.011 processos. A maior parte das decisões colegiadas em temas administrativos do Judiciário foi tomada nas sessões virtuais: foram 18 sessões, com o julgamento de 869 processos.

CNJ



Somente nas sessões virtuais foram julgados 869 processos pelo CNJ

Devido à epidemia da Covid-19, as sessões plenárias que demandaram sustentação oral ou debates mais aprofundados foram feitas de forma híbrida, com uma parte do colegiado na sede do CNJ e outra de forma remota. A participação de advogados e advogadas e as manifestações de representantes da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República também aconteceu por videoconferência. Neste formato, foram 17 sessões ordinárias e duas extraordinárias.

Já o Plenário Virtual hospedou 17 sessões ordinárias e uma extraordinária. Nessas sessões, são pautados processos de menor complexidade ou que não tenham recebido solicitação para sustentação oral. Todos os resultados dos julgamentos nas sessões ordinárias e virtuais podem ser consultados no Portal do CNJ, na [Lista das sessões](#).

Entre 5 de novembro e 14 de dezembro, última plenária do ano, as sessões do CNJ foram canceladas por falta de quórum, que é de, ao menos, dez vagas ocupadas. Em dezembro, o quórum foi recomposto com o ingresso de quatro conselheiros e uma conselheira.

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) Mauro Pereira Martins e o juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) Richard Pae Kim foram empossados em 14 de dezembro. A desembargadora do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) Salise Monteiro Sanchotene e o juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) Marcio Luiz Freitas, em 28 de dezembro.

Para o primeiro semestre, já estão agendadas 20 sessões de julgamento. No dia 3 de fevereiro, começa a



primeira das dez sessões plenárias virtuais no mesmo período. E, em 8 de fevereiro, está prevista a 344ª Sessão Ordinária, em formato híbrido.

Resoluções e recomendações

Ao longo do ano, cerca de 70 resoluções e 30 recomendações foram editadas pelo CNJ para aperfeiçoar o trabalho do Judiciário, principalmente quanto ao controle e à transparência administrativa e processual dos tribunais. Foram aprovadas políticas judiciárias nacionais como a [voltada para as pessoas em situação de rua \(Res. 425/2021\)](#), a de [proteção do direito ao meio ambiente \(Res. 433/2021\)](#) e a de [gestão da inovação no Judiciário \(Res. 395/2021\)](#).

As sugestões recebidas pelo CNJ por meio do Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário se transformaram em diretrizes consolidadas na [Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância \(Res. 440/2021\)](#), na de [incentivo à participação institucional feminina na Justiça \(Res. 418/2021\)](#) e de [acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos tribunais \(Res. 401/2021\)](#).

No contexto da pandemia, o Plenário do CNJ reanalisou algumas mudanças feitas no começo da crise sanitária, decidindo, por exemplo, pela edição da [Resolução 397/2021](#), para aprimorar a regulamentação da hipótese de suspensão dos prazos processuais e pela retomada da decretação de prisão de devedores de pensão alimentícia. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Date Created

21/01/2022